

**ENTRE SILÊNCIOS E SUSSURROS:
A QUESTÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE O 'LOUCO', UMA ANÁLISE
DOS PRONTUÁRIOS DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE JURUJUBA**

Asy Pepe Sanches Neto

Mestre em Ciência da Informação pela UFF
asy.sanches@hotmail.com

Marcia H. T. de Figueredo Lima

Professora do PPGCI da Universidade Federal Fluminense
marciahelolima@gmail.com

Resumo

Buscando identificar os aspectos informativos de prontuários de pacientes internados por motivações sociais no Hospital Psiquiátrico de Jurujuba em 1953 e de concepções foucaultianas sobre a construção da 'loucura' e do 'louco' na sua forte relação com modelo de sociedade, esta pesquisa indagou: se a loucura é uma construção social, que na modernidade implicou em segregação, qual a função do documento médico nesse processo? Espera-se que apresentem um conteúdo informativo sobre as doenças (viés informativo). Mas os prontuários daquela instituição não apresentaram-se informativos sobre a loucura. O conflito entre um esperado viés informativo do documento e os nossos resultados levou a proposta de que faz-se necessário um exame mais holístico do valor político e social do documento médico. Propõe-se um exame mais ampliado do documento, enquanto materialidade recortada de determinado acontecimento, com função de modelação e controle, dentro de um dispositivo maior de verdade: o conhecimento e as instituições médico-científicas. O acesso à informação sobre os pacientes, se consequência de um processo de organização eficaz de conjuntos documentais em arquivos médicos, inicia-se pela escrita sobre o paciente que age como sentença (interne-se ou dê-se alta), mas há um silêncio sobre as práticas médicas de tratamento, pelo menos no período e na instituição investigada, que torna o sujeito internado objeto de práticas indescritíveis. Ao final da pesquisa conclui-se que aqueles documentos sobre o louco têm, pelo menos, três vieses passíveis de análise: o da autoria da escrita; o do objeto da escrita, e o viés institucional, ou sobre como o documento institui em alguns casos, na nossa sociedade, relações de poder. Um quarto viés que atravessa todos os outros, o do regime burocrático no qual estamos inseridos e que, por algum motivo, precisa passar pelo caminho do documento para cristalizar o seu poder.

Palavras-chave: Acesso à informação médica. Documentos médicos - prontuários. Documentos - Construção social.

**BETWEEN SILENCES AND WHISPERS:
THE QUESTION OF THE ACCESS TO INFORMATION ABOUT THE 'INSANE',
AN ANALYSIS OF MEDICAL RECORDS OF JURUJUBA PSYCHIATRIC
HOSPITAL**

Abstract

Looking for to identify the informative aspects of medical records of patients admitted for social motivations in the Psychiatric Hospital of Jurujuba in 1953 and Foucault's ideas about the construction of 'insanity' and 'insane' in its strong relationship with model of society, the research asked: if insanity is a social construction, which in modern times resulted in segregation, which the function of the medical document in this process? It's expected



these documents present an informational content about insanity diseases (information bias). But the records of that institution did not show up information about it. The conflict between an expected bias informative document and our results led to the proposal that a more holistic examination of the political and social value of medical document. It is proposed a broader examination of the document, while materiality originated from a particular event, functioning to modeling and control within a larger device truth: the knowledge and medical and scientific institutions. If the access to information about patients is a result of an effective process of organizing documentary sets in medical files, it starts for the writings on the patient who acts as a sentence (if interne-or give up high), but there is silence about medical treatment practices, at least in the period and investigated institution, which makes the hospitalized person an object of unspeakable practices. At the end of the study it was concluded that those documents on the insane have at least three biases analyzable: the writing authorship; the object of this write; and the institutional bias, or how the document establishing in some cases, in our society, power relations. A fourth bias that runs through all the others, the bureaucratic regime in which we operate and that, for some reason, need to go through the document path to crystallize their power.

Key-words: Information access to medical documents. Medical documents. Medical records. Social construction of the evidence. Documentary perspective.

1 Introdução

Este artigo traça alguns elementos para a discussão tecno-política da constituição do arquivo médico enquanto *locus* de construção social de sujeitos excluídos/abjetos na(s) sociedade(s) moderna(s) ocidentais. Neste sentido, trazemos elementos políticos à ideia de acesso à informação dentro de uma cadeia produtiva da informação médico-científica, destacando 3 grandes momentos: geração, tratamento e saída.

As pesquisas sobre no Campo Informacional enfocam todo o ciclo de vida da informação, da geração à recepção. O *core* reflexivo produzido pelos estudos do campo é a informação registrada¹ – doravante, informação - com ênfase no tratamento da informação, que envolve mecanismos como a guarda, a representação, a disponibilização.

Mas, se o foco é o tratamento intermediário entre a geração e a saída da informação, algumas observações devem ser pontuadas:

a) esperasse um profissional neutro, que não influencie a relação autor x usuário final (que , na visão de um ciclo documentário ou ciclo de informação, também é autor, fazendo desse ciclo uma espiral infinita);

b) há, no campo informacional, uma forte visão positivista sobre o registro, que sacraliza o que está documentado e, assim,

c) muitas preocupações documentais são positivistas, na medida em que o documento compõe um reconhecido canal comprobatório formal.

¹ A transmissão oral como questão do campo informacional é ainda incipiente. (CARDOSO; NÓBREGA, 2011)

Segundo Araújo (2009), a principal preocupação dos pesquisadores de CI no Brasil é o tratamento da informação. A questão do acesso, por outro lado, incorpora um tema resguardado pelos profissionais de referência quanto à saída desse material documental/informativo.

Interroga-se: não seriam os ‘momentos finais’ e ‘intermediários’, dependentes de um ‘momento primeiro’ de geração dessa informação tratada/disponibilizada? E, se a resposta é sim, qual a função dos profissionais da informação na pesquisa deste objeto?

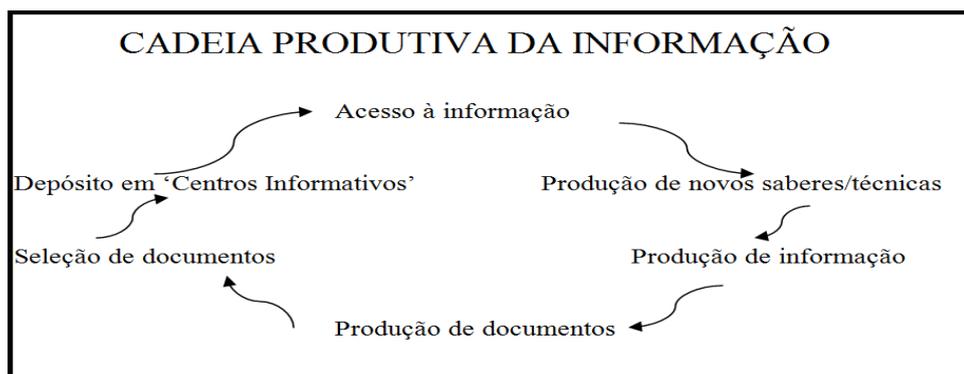
Nesse trabalho expõem-se algumas indagações sobre o documento de arquivo e se argumenta que, na nossa sociedade, é de vital importância o registro médico sobre a loucura para a inscrição e justificação mínima do que é a loucura.

2 Informação, documento e arquivo

A ideia cíclica de informação, uma cadeia espiralada e fluída, possui delineamentos históricos que vão desde especificidades (tipo de informação, comunidade, demandas, usuários), até questões ampliadas (regime de validação, de verdade, de saber, dispositivos/*machineries* disponíveis – como afirmaria Foucault). De todo o modo, são necessárias algumas diretrizes e regras a fim de que a questão do acesso seja analisada.

66

Quadro 1: Cadeia produtiva da informação



Fonte: os autores.

Antes de explicar este quadro, outra questão: a que tipo de informação estamos nos remetendo? Qual o tipo de informação vem sendo construída enquanto objeto da Ciência da Informação, da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Documentação?

Uma informação só é informação se for reconhecida, recolhida, tratada e disponibilizada como tal, isto é, se for valorizada e validada como

informação: as configurações e qualidades de uma ação de informação são múltiplas e só podem ser reconstruídas em contextos específicos. Pode-se assim dizer que o “informar” e o “buscar informação” antecipam e condicionam a concepção ou aceitação de algo como informação e a ação de documentar antecipa e condiciona o que será produzido e reconhecido como documento. Em consequência, a estrutura, organização e conteúdo de uma unidade documentária ou informacional remete, antes, às ações e aos agentes que produzem e organizam que aos conteúdos do mundo natural e social a que apontam, como a seus universos de referência discursiva. Não existe, assim, nenhum isomorfismo entre os universos de informação e os universos por ele referenciados. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 11)

A informação da Ciência da Informação é aquela tratada e recebida que tem fim e público, condicionada a demandas supostas *ex ante* e realizadas *ex post*.

Freitas e Gomes (2004) acrescentam: além de registrada, deve ter relevância social para estar depositada. O profissional que defina qual documento ou registro é socialmente relevante estará declarando um estatuto de relevância daquele em determinado regime de validação, verdade e saber.

A visão crítica das autoras estabelece que na nossa sociedade capitalista os discursos que têm adquirido esse *status* de legítimo, geralmente são os discursos dos vencedores. Na sua discussão sobre Le Goff (1984), definem dois polos de ideias políticas que tratam o registro como:

- a) neutros suportes auxiliares da memória cerebral quando esta já não dá conta do grande número de saberes socialmente úteis ou
- b) resultado de luta pela memória social quando, estabelecida alguma fissura social, já não há consenso naquela sociedade sobre os saberes e/ou as narrativas socialmente relevantes. (FREITAS; GOMES, 2004, p. 2)

A segunda abordagem explicita esta visão de regime que utilizamos: o documento não é mero fruto dos desenvolvimentos 'naturais' das sociedades e, sim, resultado de uma luta pela produção e conservação dos registros. Aderimos a uma linha de pensamento pós-marxista em que outros fatores além da classe social condicionam a construção do sujeito e de uma história vitoriosa. Valemo-nos dessa ideia ampla de história vencedora para o nosso objeto em questão – o acesso à informação médica.

2.1 Percurso de vida informação da Ciência da Informação

Segundo o Quadro 1, existem muitos outros momentos nessa ‘vida’ da informação, mas, dentre os quais destacaremos: Acesso à informação; Produção de novos saberes/técnicas;

Produção de informação; Produção de documentos; Seleção de documentos; Depósitos em centro informativos.

Neste artigo, referimo-nos a um tipo específico de informação: a médico-científica, no rastro de Frohmann (2012), para quem a ideia de informação, assim como a ideia de significado em Wittgenstein, só tem sentido dentro de ordenamento material específico e é, portanto, impregnada de sentidos e correlações. A produção de determinado saber/técnico é condicionada por determinado ordenamento tecno-burocrático.

[...] uma abordagem wittgensteiniana sugere que práticas e documentos – com isso queremos dizer inscrições, enunciados específicos e a grande variedade de registros que circulam em uma miríade de formatos– são conceitos mais fundamentais do que informação. A atenção às práticas com documentos revela como documentos específicos, em épocas e locais específicos e em áreas específicas do terreno social e cultural, tornam-se informativos. [...] a informatividade dos documentos, quando reconhecida como algo dependente de práticas, é também dependente do que lhes dá forma e que os configuram [...] os fatores de configuração são a materialidade dos documentos estudados, suas histórias, as instituições nas quais eles estão inseridos e a disciplina social que dá forma às práticas com os mesmos. (FROHMANN, 2012, p. 245)

68

O acesso à informação possui muitas fases e não se limita, exclusivamente, ao momento da recuperação do documento/informação. Para ele concorrem todos os mecanismos que dão condições de acesso à informação como a disponibilidade, a possibilidade de acesso, mas também a capacidade de compreensão do usuário.

Talvez, a fase menos evidente seja o momento de prontidão cognitiva entre a necessidade informacional e as possibilidades documentais de um usuário para a geração de novos saberes. A produção delinea uma questão absolutamente urgente ao campo, e que buscaremos explicar adiante, sobre as possibilidades existenciais de determinados saberes e técnicas e os atravessamentos, concessões, apagamentos, mutações que determinada forma ou comunidade de saber designa para os usuários x geradores de novos empreendimentos sobre o mundo (formas de conhecer, indexar, listar, catalogar, organizar e alterar).

A produção de informação refere-se a um momento interno, dependente das concessões e limitações anteriores, mas que, efetivamente, acontece no cruzamento de determinada forma de descrever determinado documento/informação com as possibilidades compreensivas (conhecimentos e vivências anteriores) do sujeito/usuário. É a etapa em que o saber é individualizado e adaptado a determinada configuração tempo-espacial, dificilmente definível, mas rastreável.

A produção de documentos, talvez a mais difícil de ser identificada, é uma etapa polissêmica, pois refere-se à construção de determinada enunciação tanto quanto à sua "fixação" de determinada enunciação em documento, um objeto não facilmente definível, desde que tudo pode vir a ser documento com base e apoio nas instituições (de Brüett aos neodocumentalistas). Por exemplo: uma palestra, uma aula e mesmo um artigo podem vir ou não a ser documentos.

A produção de documento é, portanto, referente à enunciação e codificação de determinado saber tanto quanto é a designação de determinada enunciação enquanto documento. E o prontuário médico, tipo específico de documento, é também dependente deste ciclo da informação/documento que delineamos.

A seleção de documentos é uma fase vital à vida de determinada forma enunciativa, pois é o que irá, efetivamente, reconhecê-la enquanto informativa, dentro de determinado lugar de acesso. É um processo de triagem que deliberará o que merece, ou não, ser memorável, como diriam Gomes e Freitas (2004) e González de Gómez (1987,2001), Day(2015), Foucault (2003, 2010a, 2010b, 2012) , Derrida (2001).

O depósito é, por fim, a forma de garantir acesso em maior escala de determinado saber.

Estas fases são individualizadas, mas absolutamente co-dependentes. Não é possível separar o processo de seleção de determinado documento do processo de depósito, bem como não é possível separar o acesso à informação da produção de documentos. Este é um processo, portanto, cíclico e indivisível. Expusemo-lo em fases isoladas com fins reflexivos, mas se dão, na prática, de forma emaranhada e indissociável. Novas informações somam-se às velhas, com tempos próprios de maturação e adequação. Esta rede emaranhada que compõe um ciclo de vida da informação é objeto de estudo, ainda embrionário, das ontologias e aqui não abordaremos este campo distante das nossas observações. Basta postular que não é possível pensar em acesso sem que cada uma das fases de vida de determinada informação seja levada em consideração.

2.2 Documento de arquivo

Na construção acadêmica, os registros da história sempre tiveram por 'obrigação' a 'neutralidade', de outro modo como poderiam ser aplicados a fenômenos mais amplos que a própria subjetividade? E, desse discurso, o documento (ou o registro) que, ao fim e ao cabo,

é uma forma de legitimar a história, veio sendo constituído como um objeto comprobatório formal de certas relações sociais.

Ampliamos o debate com uma ideiação mais forte empreendida pela filosofia de Nietzsche (2001, 2012, 2009) e Foucault (2003, 2010a, 2010b, 2012) de que um discurso só surge em detrimento a outro. A análise 'desse outro' foi desenvolvida por Pierre Nora (1993) que opõe História e Memória:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p.8)

A memória, portanto, sempre se opera no presente, em contrapartida:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 8)

70

Freitas e Gomes (2004) diriam, seguindo os rastros de Nora, que a história administra o passado e, por isso, se baseia no 'registros escritos'². "O que a História constrói, baseada em "registros autorizados", vem, no pensamento historiográfico conservador, se contrapondo à memória, tratada como suspeita: assistemática, afetiva, subjetiva. A História baseia-se em documentos: 'fontes objetivas'"(p.3).

Pollak amplia o debate sobre a questão ao explicitar a relação entre o sujeito e a produção de documento e, de certa forma, contesta essa diferenciação tão rigorosa entre o registro escrito e o registro oral enquanto fonte.

²Registro é aqui sinônimo de escrita, entretanto as autoras sinalizam que outras formas de registro devam ser pensadas para ampliar o debate.

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de todo tipo. Desse ponto de vista a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita deve ser tomada tal e qual ela se apresenta. [...] Penso que não podemos mais permanecer, do ponto de vista epistemológico, presos a uma ingenuidade positivista primária. (POLLAK, 1992, p.207 *apud* FREITAS; GOMES, 2004, p. 3)

A oposição à visão positivista sobre o registro ilustra parte do cenário que buscamos: qual a condição do arquivo? Quais seriam os elementos necessários à construção de um arquivo? E, se o arquivo é um órgão dependente/mantenedor de um processo de institucionalização do registro, qual a noção de documentos que utilizamos quando pesquisamos documentos de arquivo?

Segundo Silva e Fernandes (2012) existem três diferentes visões sobre a arquivística e sobre os arquivos que vêm sendo delineadas desde o século XIX:

1) visão histórica, em que os documentos eram deslocados de suas instituição produtoras até um depósito legal (séc. 19), visando tratar para disponibilizar fontes primárias

para o pesquisador: “Os arquivos eram até então vistos enquanto instituições para a sustentação de identidades nacionais e do conhecimento histórico.”;

2) visão gerencial, onde as proporções oriundas da ‘explosão documental’ no período de guerra e pós-guerra voltam às preocupações arquivísticas à construção e ordenamento da gestão, sobretudo a pública;

3) visão informacional, em que os saberes arquivísticos voltam-se de questões ligadas aos seus próprios documentos e produções para questões da gestão empresarial, como a gestão do conhecimento, por exemplo.

Poderíamos assim dizer que a noção contemporânea de arquivo é oriunda de demandas típicas deste momento histórico e é nos encaixos das ações presentes e na mira de criar possibilidades futuras que a própria noção de arquivo se sustenta. Dito de outra forma, um documento de arquivo pode ser visto como uma típica demanda gerencial dos usos e guarda dos documentos para a gestão eficiente, mas, ao mesmo tempo, uma forma de olhar o arquivo só pode ser pensada desde a perspectiva indissociável de nossa própria condição histórico-temporal contemporânea.

O documento de arquivo é, assim como qualquer objeto, um relacionamento incalculável entre o que há/houve, o que se viu sobre o que há/houve, a forma de registro autorizada sobre o que há/houve, e a forma presente de olhar o que há/houve – e todos as mesmas demandas históricas sobre o dizível, o pensável e o possível.

Assim sendo, uma nova demanda sobre o arquivo é criada, um debate sobre a condição do arquivo: de um lado há os que sustentam que o arquivo é uma criação natural de determinada sociedade, de outro – e em proporção bem reduzida – há os que sustentam que o documento de arquivos nasce para ser um documento de arquivo.

Esta segunda corrente não está enunciando que o documento de arquivo é vilmente forjado por profissionais e organizações que querem contar uma história retórica (embora possa haver casos assim). O que se postula é que a próprias materialidades que forjam as diretrizes e ordenamento do dizível, do pensável e do reproduzível já expõe a condição do documento de arquivo – como de qualquer outra forma de enunciado – a determinadas questões que, *per se*, estão criando uma história.

Exterioridade de um lugar, operação topográfica de uma técnica de consignação, constituição de uma instância e de um lugar de autoridade (o arconte, o *arkheion*, isto é, frequentemente o estado e até mesmo um estado patriárquico ou fratriárquico), tal seria a condição do arquivo³. Isto não se efetua nunca através de um ato de anamnese intuitiva que ressuscitaria, viva, inocente ou neutra, a originalidade de um acontecimento. (Derrida, 2001 apud FREITAS, 2010)

72

Isto posto, apresentamos nossa questão: Qual a função do arquivo médico na criação de um estatuto sobre o que é normal e o que é anormal?

3 Hospital Psiquiátrico de Jurujuba: um exemplo

Em 1953 foi inaugurado próximo à Jurujuba, Niterói, RJ o Hospital Estadual Psiquiátrico. Sua estrutura, segundo Mouzinho e Carreteiro, era a verdadeira edificação do esperado de um sanatório à época:

Construído numa área de difícil acesso na época, as características que marcam seu aspecto físico são semelhantes àquelas descritas por E. Goffman no que se refere à estrutura arquetípica das instituições totais [...] um local isolado do centro urbano, destinado a guardar, por trás de seus muros altos e cinzentos, figuras uniformizadas que representavam a doença, o medo, o contágio, o anormal, o perigoso, a ameaça da ordem social: os loucos. (MOUZINHO; CARRETEIRO, 1996, p. 7)

³ Cabe dizer que aos franceses ‘arquivo’ não refere-se a uma instituição arquivística, nos moldes que vemos no Brasil. O termo engloba qualquer instituição com objetivo de acumular/depositar documentos. Assim sendo, arquivo é um termo tão global quanto centro de documentação/informação.

Na crítica de Goffman (1988 e 2001), presente em grande parte dos autores que problematizam a estigmatização social do louco e no higienismo, essa construção específica, mais que incentivar, produz um espaço isolado para onde os anormais devem ser enviados e, principalmente, excluídos.

Há, entretanto, uma ampla literatura produzida por psiquiatras e alienistas dos séculos XVIII, XIX e XX que vinham estudando as causas da loucura e suas possíveis curas e que a viam como decorrência, ou efeito, do processo de urbanização. O isolamento, nesta visão, seria uma parte fundamental do tratamento por eles instituído. Importante sinalizar neste trabalho que o embate entre duas "boas" intenções (protegia-se o louco, ou protegia-se a sociedade) acabam por internarem-se os anormais nas "instituições totais".

A importância da criação desse hospital se deveu ao fato de que os "loucos" niteroienses não mais precisariam ser transportados para os hospitais das cidades vizinhas e como observado nesta pesquisa, como em Mouzinho e Carreteiro (1996), criava-se um novo espaço de manutenção e exclusão daqueles capturados pela polícia e que não se enquadravam dentro dos espaços urbanos.

Segundo aquelas autoras, ao hospital atribuíam-se funções policiais, como busca e captura:

Às 18:30 foi notada a ausência de B. Foram dadas diversas batidas pelas redondezas e pelo hospital, conseguindo ser recapturada às 19:30 em um matagal por trás do hospital por mim e pela auxiliar de enfermeiro. Foi conduzida ao QF(Quarto-Forte)" (10/03/53). (Livros de Ocorrência apud MOUZINHO; CARRETEIRO, 1996, p. 8)

A estrutura do Hospital era composta segundo elas por: pátio dos agitados, pavilhão das crianças ou enfermaria infantil, isolamento, centro cirúrgico e enfermarias de neurologia, dos calmos e dos sórdidos. Esta estrutura demonstra, assim, uma construção moral da doença:

Encontramos, pois, nesse estabelecimento, a materialização do pensamento médico organicista, que considerava a loucura uma doença passível de ser tratada e curada através de intervenções físicas no corpo do doente - fosse por tratamentos de choque (elétrico, insulínico, por Cardiazol e térmico) e/ou remédios "soniferizantes" e anti-psicóticos a partir de meados da década de 50. Gostaríamos, ainda, de ressaltar, que as práticas médicas cotidianas relatadas nos documentos e entrevistas nos mostraram que o tratamento moral (Cf. BIRMAN, 1978) também se fazia presente em tempo integral, dado o caráter moral da doença (MOUZINHO; CARRETEIRO, 1996, p. 9)

O Hospital encontrava-se, portanto, em uma tênue linha entre o tratamento e a punição e os tipos de sujeitos ali depositados eram, em muitos casos, indesejáveis à vida urbana. Por exemplo, em uma amostragem de 32% dos prontuários que levantamos, observou-se que

82,35% dos internos eram conduzidos para ali pela polícia: vinha junto com o paciente, a sua guia de internação, confeccionada não por médicos, mas pela polícia, autoridade que definia a necessidade de internação (!!!).

Alguns dos casos de internação naquele hospital tinham pouca ou nenhuma relação com a definição de loucura à qual estamos habituados. Selecionamos, com base em “A vida dos homens infames” de Foucault (2012), alguns documentos que expõem, através de sua materialidade histórico-temporal, a relação que o hospital tinha com o processo de limpeza urbana. A condição social, por exemplo, era um dos motivos de internação:

Quadro 2 - Internação por condição social

Guia Policial: Solicito a V.S, as necessárias providências no sentido de ser internada nesse Hospital XXXX, débil mental, **pois trata-se de pessoa reconhecidamente pobre.**

Fonte: Sanches Neto, 2016

74

Além disso, também haviam as internações de etilistas que estivessem atrapalhando a rotina da cidade:

Quadro 3 - Internação de etilistas inconvenientes (e pobres)

Diagnóstico: Alcoolismo Agudo.

26/02/1953

H.D.A: Excitação psiconormativa, euforia, logorreia, palavra arrastada-zoopgia -, alucinações auditivas.

Parece pois, tratar-se de **um paciente de baixa resistências às bebidas alcoólicas, mas que insiste em fazer uso delas**, do que decorre **consequências mentais** após a ingestão de pequenas quantidades de tóxico.

Diagnóstico: **Embriaguês patológica?** Alcoolismo agudo?

Fonte: Sanches Neto, 2016

Negros, que eram considerados como potencialmente perigosos pelas autoridades:

Quadro 4 - internação de negros

17/06/1953
Cor: Preto / Solteiro / Guia Policial
“Em consequência de que você está aqui? Por que desconfiaram de mim.”
H.D.A. (O paciente nega estar doente) “O paciente é portador de alcoolismo agudo, estando completamente desintoxicado, não havendo por isso, motivos para permanecer no hospital. ” <i>Alta em 19/06/1953</i>

Fonte: Sanches Neto, 2016

No conjunto dos prontuários examinados não nenhum registro similar que registre: "Branco, solteiro, sem profissão definida, alcoolizado".

Praticantes de religiões fora da norma:

Quadro 5 - Internação de praticantes de religiões fora da norma

28/04/1953
“Relata-nos o paciente que estava em casa quando a polícia foi busca-lo. Informa-nos outrossim, que sente-se bastante irritadiço, brigando constantemente com sua esposa. Relata-nos ainda o paciente que é “vidente” e que dava consultas em sua casa.
<i>Alta: 26/05/1953</i>

Fonte: Sanches Neto, 2016

Conduta social não condizente com o gênero:

Quadro 6 - Internação de transexuais

Fev./1953
Diagnóstico: 8A Idade: 26 anos.
H.D.A: Há 4 meses que não sai de casa, mete a mão na lata de manteiga, banha etc. Veste só os vestidos de sua mãe, reza o dia todo. Não obedece as ordens que lhe dão.”
<i>Motivo de saída: óbito.</i>

Fonte: Sanches Neto, 2016

4 Documentos que ajudam a criar loucos

O argumento geralmente associado ao documento médico é referente à sua informatividade e sua relevância remete ao acesso potencial de cidadãos a informações

básicas que aumentariam sua qualidade de vida. Por outro lado, vimos que, em alguns casos, a informação não é atributo exclusivamente médico nem condição para institucionalização.

Em pesquisa de mestrado de título “A construção da segregação (ou como o documento inscreve quem é (a)normal)” identificamos o que os neodocumentalistas – e mesmo os documentalistas tradicionais – apontavam há muitos anos que a informação *per se* não é o único viés pelo qual o documento pode ser analisado. Os prontuários daquela instituição forneciam pouca ou nenhuma informação claramente médicas sobre doenças mentais ou tratamentos, objeto do saber médico psiquiátrico, mas antes condições sociais de existência de indivíduos estranhos, e isso foi o resultado mais impactante. Muitos dos outros prontuários examinados consistiam apenas de uma capa com uma ficha que, sim, são informativos, desde a perspectiva de que tudo informa. Vimos que a documentação, nas entrelinhas desses documentos que constituíam uma verdade sobre o louco, o principal fim de documentar, talvez por verba, talvez para justificar a existência do hospital.

Mesmo quando atribuímos ao documento uma ligação estrita ao seu contexto de produção, tendemos a entender que a lógica documentária permeia o argumento do que é dizível e informável. Em termos gerais, pudemos perceber que a função do documento em determinada instituição extrapola sua função informativa.

Acreditamos que um viés frutífero de análise é o burocrático e, dessa forma, essa pesquisa fia-se à vertente que afirma a relevância do campo da informação agregar, em maior escala, esforços para construir um saber sobre o documento, sobretudo o médico, para além de sua função informativa.

Pois, se o documento tivesse sempre a função de informar médicos, enfermeiros, plantonistas, o que justificaria que tantas séries documentais tenha quase nenhuma informação?

As evidências sugerem que a presença do documento valida todo um procedimento excludente e segregador em nosso regime de verdade e de poder e, dessa forma, uma genealogia dessas séries quanto às suas funções dentro de instituições burocráticas se faz, não somente necessária, mas urgente à ampliação de nosso poder de análise sobre os caminhos de exercício do poder em nossa sociedade.

O problema é: como fazer para que os estudos dessas gêneses se ampliem a uma noção alarga de documento? Ou fazer com que as explicações de uma genealogia do documento extrapolem os contextos e filiações específicas de determinado documento?

Acreditamos não ser viável e que determinado documento só pode ser compreendido dentro de uma atmosfera micro, quanto menor mais assertiva será a análise. Acontece que, em

algum momento, os procedimentos para uma teoria sobre o documento, como Lund (2009) iniciou, devem ser assimilados, reformulados e ampliados para, pelo menos, construirmos um solo fértil mais plural para as análises mais específicas.

No nosso caso, buscávamos agregar ao saber documental o viés mais específico da loucura. No fim daquele trabalho podemos afirmar que o documento sobre o louco tem, pelo menos, três vieses de análise necessárias a uma construção documentária da loucura: o viés da autoria da escrita, ou, quem diz que determinado sujeito deve ser encarcerado; o viés do objeto da escrita, ou, quem são os sujeitos sobre quem o poder se exerce de forma objetiva e, no caso em estudo, arbitrária, e o viés institucional, ou sobre como o documento institui em alguns casos, na nossa sociedade, relações de poder.

Além disso, há um quarto viés que atravessa todos os outros, que preferimos sublinhar de forma seccionada: o viés do regime burocrático no qual estamos inseridos e que, por algum motivo, precisa passar pelo caminho do documento para cristalizar o seu poder.

Sobre o acesso, resta a questão: como essa falta de informação interfere nos mecanismo da construção de um saber sobre a loucura? Ou como podemos pensar em acesso se uma etapa primeira de escrita foi pulada? Se temos esse universo de pouca produção de enunciados, como podemos pensar no acesso? O que essa falta de informação enuncia?

Construímos um percurso informacional para, justamente, questionar: se não há informação/documento como podemos ter acesso? Como os profissionais e pesquisadores da informação podemos contornar essa loucura?

Que práticas boas ou más se inscreveram sobre o louco e que não se escrevem nos documentos produzidos sobre ele?

Referências

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez., 2009. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1240/1418>>. Acesso em 24 ago. 2016.

BUCKLAND, Michel K. Information as thing. **JASIS**, v. 42, n. 5. p. 351-360, Jun. 1991. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CARDOSO, Francilene do C.; NÓBREGA, Nanci de. A biblioteca pública na (re)construção da identidade negra. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/57/100>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

CÔRTEZ, Mariana M. **Diabo e Fluoxetina: formas de gestão da diferença**. 2012. 384 f. Tese (Dourado em Ciências Sociais)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DAY, Ronald E. Information Ethics: normative and critical perspectives. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.33-46, set. 2015/fev. 2016. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/1475>>. Acesso em: 10 set. 2016.

DAY, Ronald E. *Indexing it all: the subject in the age of Documentation, information, and data*. MIT Press. 2014.

DAY, Ronald E. Totality and representation: a history of knowledge management through European documentation, critical modernity, and post-fordism. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 52, n.9, p. 724-735, 2001. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.1125/pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2001, 130p.

FREITAS, Lídia Silva de. O dispositivo de arquivo: a construção histórico-discursiva do documento e do fato. In: FREITAS, L.S; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, Ana. (Org.). **Documento: gênese e contexto de uso**. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2010.

FREITAS, Lídia Silva; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. Quem decide o que é memorável?: A memória de setores populares e os profissionais da informação. In: FORO SOCIAL DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA, Buenos Aires, 2004. **Anais...** Buenos Aires, 2004.

FROHMANN, Bernd. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, 2012. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/frohmann_pt.pdf>. Acesso em 24 ago. 2016.

FOUCAULT, Michel. (2003) A vida dos homens infames. In:_____. **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p.203-222.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Editora LTC, 1988.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v.5, n. 2, p. 7-31, jul./dez.1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. **Ciência da Informação**, v. 16 n.2, p. 157-167, jul./dez. 1987. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/259>>. Acesso em: 10 set. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, 2001. Disponível em:

<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2009/11/pdf_ad7e00eaad_0006883.pdf>.

Acesso em: 10 set. 2016.

LUND, N. W. Document theory. **Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)**.v.43, n. 1, p. 1–55, 2009.

MOUZINHO, Gláucia Maria Pontes; CARRETEIRO, Rosane Oliveira. De Hiroshima a Niterói: loucos e estrangeiros na cidade sorriso. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996. Caxambú (MG). **Anais ...** São Paulo: ANPOCS. Disponível em:

<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=463%3Aa-nais-do-encontro-gt&catid=1051%3A20o-encontro&Itemid=361>. Acesso em: 24 ago. 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e mentira no sentido extramoral. **Revista Comum**, v.6, n. 17. p. 05-23, jul./dez. 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. [versão original: 1882]

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral, uma polêmica**. São Paulo: Companhia da Letras, 2009. [versão original: 1887]

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

SANCHES NETO, Asy Sanches. **A construção da segregação** (ou como o documento inscreve quem é (a)normal). 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SILVA, E. P.; FERNANDES, G. C. A temporalidade como constituinte do documento de arquivo: problematizando relações entre os contextos de geração, de tratamento e de uso dos documentos. **Morpheus**, Ano 09, n. 14, p. 146-162, 2012. Disponível em:

<http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/geni_eliezer_pt.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.